

POLÍTICA EDUCACIONAL E NEOLIBERALISMO: A Educação em Alagoas Durante o Governo Vilela Filho (2007 – 2014)

Resenhado por:

Livia Maria Serafim Duarte Oliveira

Mestre em formação de professores;

Integrante do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Mundo do Trabalho PPGE-UFPB;

Professora substituta da UEPB.

Cristiane Sousa de Assis

Mestre em Educação com Especialização em Psicopedagogia e Educação Especial;

Integrante do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Mundo do Trabalho PPGE-UFPB;

Docente da Faculdade Uninassau João Pessoa

LIRA, J. S.; HERMIDA, J. F. **Política Educacional e Neoliberalismo: a educação em Alagoas durante o Governo Vilela Filho (2007 – 2014)**. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

No limiar das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no mundo contemporâneo, as instituições socioeducativas vêm sendo questionadas quanto ao seu papel e tais transformações decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos, da reestruturação do sistema de produção, organização do trabalho, da compreensão do papel do Estado, das mudanças no sistema financeiro e dos hábitos de consumo. Esse conjunto de mudanças está relacionado aos processos globais que expressam as etapas do desenvolvimento do capitalismo.

A globalização surge da ideia de movimentação intensa de integração e reestruturação capitalista e, enquanto conceito ideológico escondem-se os aspectos neoliberais. Segundo Lira e Hermida (2017) apud Anderson (2000), o neoliberalismo é visto como um movimento ideológico. Uma doutrina filosófica e econômica refletida pelas classes hegemônicas para reorganizar o capital. Este movimento surgiu na Europa e nos Estados Unidos após a segunda guerra mundial como contraponto às políticas do Estado.

Paralelamente, a educação, como meio ideológico do Estado, tem sido afetada por estes acontecimentos mundiais, exigindo trabalhadores cada vez mais eficientes, flexíveis e polivalentes, bem como um modelo de escola que seja compatível aos interesses econômicos. Então, pensar a escola nos dias atuais

implica em refletir sobre o sistema capitalista e em seus objetivos, pois para manter a sua hegemonia, o capitalismo reorganiza as suas formas de produção e consumo, fortalece as nações desenvolvidas e submete os países periféricos à dependência. Neste sentido, a perspectiva globalizada e neoliberal, sugere que se implementem políticas econômicas e sociais que atendam aos interesses hegemônicos, industriais e comerciais de conglomerados financeiros de países ou regiões ricas.

Assim, dentre as políticas de manutenção do capital, destacam-se as educacionais, que submetem a escolarização às exigências de produção e de mercado, implementando reformas educacionais, como as ocorridas no Brasil, no final do século XX e início do século XXI, conforme apontam Lira e Hermida (2017), em sua obra, *Política Educacional e Neoliberalismo: a educação em Alagoas durante o Governo Vilela Filho (2007 – 2014)*, cuja análise aponta para uma das principais políticas públicas dos países capitalistas democráticos, enfatizando a política educacional brasileira a partir da investigação sobre como o processo educacional brasileiro, em destaque o alagoano, recebeu e recebe influências dos ideários neoliberal.

A pesquisa desenvolvida apresenta base interpretativa marxista da história a partir do método materialismo histórico e dialético. Os estudos teóricos utilizados partem da compreensão do Estado, da ideologia neoliberal, das contradições educacionais existentes no Estado de Alagoas e a luta hegemônica na sociedade contemporânea (LIRA; HERMIDA, 2017).

O livro se divide em três capítulos: o primeiro, “Estado, Democracia e Reformas Neoliberais”; o segundo, “As mudanças educacionais sob a perspectiva do neoliberalismo”; e o terceiro, “Gestão, Financiamento e (Des)valorização da educação em Alagoas (2007 -2014)”. No primeiro capítulo, os autores apresentam um estudo geral sobre a constituição histórica do Estado na formação social capitalista e seu caráter nas disputas de classes, em conformidade a perspectiva marxista, pois segundo os autores, “o debate acerca do Estado na sociedade capitalista é fundante para a compreensão do modo de produção em vigor, considerando o surgimento da divisão da sociedade em classes” (p. 14).

Em seguida, discutem os avanços da ideologia neoliberal na contemporaneidade e as transformações quanto ao modo de funcionalidade do Estado diante das alterações de funcionamento do sistema capitalista. Ainda, tratam

da concepção de Estado e hegemonia a luz da perspectiva Gramsciana. Segundo os autores:

A hegemonia em Gramsci significa, além da direção política, a direção moral, intelectual de determinado processo histórico a ser exercida pelo proletariado em aliança com outros seguimentos de classe, já que para ele, a hegemonia do proletariado representaria de fato “a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova orientação ideológica e cultural” (Idem, p. 02) (LIRA; HERMIDA, 2017, p. 56).

A partir das concepções de Estado e hegemonia em Gramsci, os autores concluem o capítulo discutindo como se concebeu a consolidação da política neoliberal brasileira, a partir de uma construção temporal inicialmente nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso e posterior a estes, como se organizou a gestão do Partido dos Trabalhadores, quanto a questão do capital e do trabalho.

Direcionando especificamente para uma análise do âmbito da política educacional brasileira, no segundo capítulo, Lira e Hermida (2017), resgatam os impactos das reformas educacionais implementadas inicialmente na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1999) e continuadas pelos governos Lula da Silva (2002 – 2006; 2007 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2014).

Conforme os autores, no início dos anos de 1990, as reformas educacionais foram implementadas na América Latina nos encontros internacionais promovidos pela UNESCO com financiamento do Banco Mundial (LIRA; HERMIDA, 2017). Caracterizando-se assim, uma política educacional de ajustes neoliberais como um meio de adequação as imposições do sistema capitalista. Como apontam:

Somente do ponto de vista das transformações estatais dirigidas pelo ideário neoliberal é possível compreender as mudanças educacionais a partir dos anos de 1990 amplamente executadas na América Latina e no Brasil, de resignificação das relações e do mundo do trabalho. A reforma da educação considerada área essencial ao sistema do capital, vinculava-se diretamente aos objetivos de acumulação ilimitada do capital, à subordinação do Estado aos seus desígnios e a eliminação dos mais elementares dos diretos sociais. A assimilação da lógica de mercado aos procedimentos e objetivos do sistema educacional representou uma das mais profundas mudanças em termos de funcionalidade das escolas e instituições educacionais sob a responsabilidade do Estado (PERONI, OLIVEIRA E FERNANDES, 2009). (LIRA; HERMIDA, 2017, p. 106 – 107)

Lira e Hermida (ibid), ainda analisam os principais arranjos institucionais realizados pelos governos brasileiros no campo educacional e das modificações

operadas no âmbito da Educação superior, o qual destacam os efeitos das políticas neoliberais de lógica mercantil, que gerou lucros aos seguimentos privados nacionais e internacionais, como também, pontuaram componentes específicos da deturpação dos princípios da gestão democrática da educação.

Após o apanhado histórico e exposições específicas da problemática educacional das últimas décadas. O capítulo final, esboça a gestão Vilela Filho para o sistema educacional alagoano, quanto as questões da gestão, organização e valorização profissional e financiamento educacional, nesta perspectiva, ainda analisam os indicadores educacionais no Estado de Alagoas. O terceiro capítulo constitui-se o foco central do livro e validação da pesquisa realizada.

Conforme os autores supracitados:

[...] enquanto o Governo Federal expandia sua esfera de atuação estatal com maior atenção às políticas sociais – com todas as contradições já indicadas no que se refere à política macroeconômica -, em Alagoas o governo Vilela Filho (2007 – 2010) iniciava o mandato com um contundente ataque aos direitos dos servidores públicos com a sustentação dos grupos hegemônicos que controlavam a significativa maioria dos aparelhos públicos e privados, dentre estes a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, a maioria das prefeituras municipais e os meios de comunicação de massa. [...]. Acredita-se que investigar especificamente as consequências das políticas de natureza neoliberal implementadas ajudará a entender por que Alagoas continua mantendo, em pleno século XXI, históricas mazelas educacionais, além de refletir sobre as efetivas condições de trabalho dos profissionais da educação do Estado (LIRA; HERMIDA, 2017, p. 198-199).

Diante do exposto, nas Considerações finais, destacam ainda as consequências negativas do neoliberalismo para a política educacional, por submeter a educação a lógica do mercado, proporcionando práticas educativas que destoem o direito à educação e a superação das desigualdades.

Uma das contribuições do livro, está na concepção metodológica, ancorada no materialismo histórico e dialético, pois possibilita ao leitor fixar diante dos aspectos temporais os conceitos de Estado e neoliberalismo, a partir de perspectivas marxistas e sobretudo, Gramsciana. Sendo Gramsci um profundo estudioso das superestruturas, é importante frisar a sua concepção ampla de Estado, enquanto sociedade civil e sociedade política, vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo papel histórico vai variar através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia de seus interesses. Ou seja, o

Estado não deve ser visto apenas como um aparelho cuja organização e intervenção varia de acordo com a organização social, política, econômica e cultural de uma determinada sociedade, mas, sobretudo, representado e mediado pelas correlações de forças entre as diferentes classes desta sociedade organizada.

Neste sentido, o discurso segundo o qual o ajuste neoliberal é um sacrifício necessário para o restabelecimento das condições que permitem a retomada do crescimento do país, precisa ser amplamente discutido e analisado, considerando suas limitações econômicas complexidades estruturais, visto que é evidente o fracasso e a crise do modelo neoliberal, não só no Brasil, mas em todo o mundo e, infelizmente, persiste fortemente.

Um segundo ponto positivo, está na sua capacidade formativa, quanto ao estudo das políticas educacionais brasileira. Possibilita uma reflexão e compreensão sobre a política mercantilista aos moldes neoliberais que ocasionam diversos problemas na educação nacional e em específico, na alagoana.

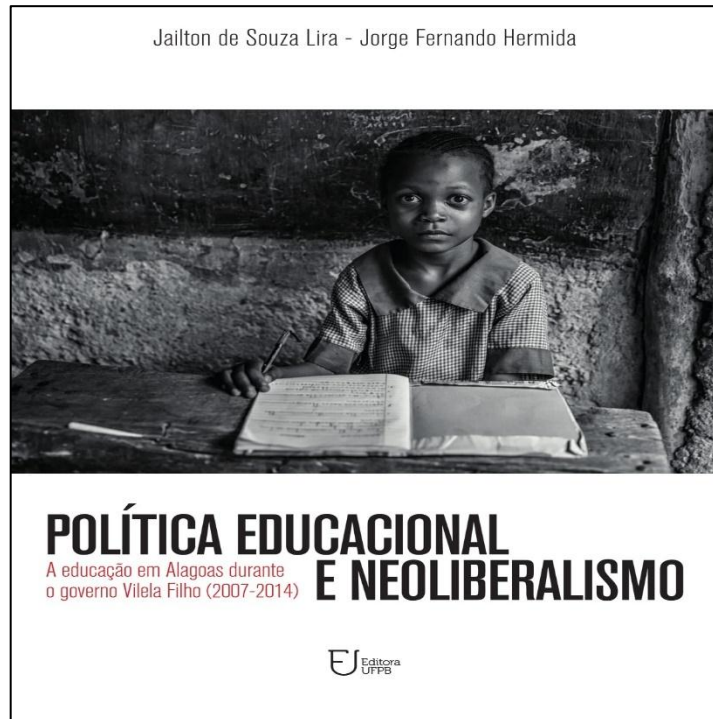
Um terceiro ponto importante são as características política e militante, pois aponta alternativas para:

[...], a conscientização da população através da retomada da capacidade de organização do movimento sindical, que proponha alternativas para superar as estruturas antiquadas e autoritárias que os grupos hegemônicos ostentam na política, na economia, na educação e na sociedade (LIRA; HERMIDA, 2017, p. 2).

Em síntese, este livro merece uma leitura atenta e cuidadosa, a partir da capa (Figura 1), pois a representatividade social presente na imagem da menina negra correlacionada com a proposta do título, nos possibilita uma reflexão profícua em relação aos filhos da classe trabalhadora, que são diretamente afetados por essa política hegemônica e neoconservadora, que segue os ditames do capital.

Recomendamos este livro, pois diante do atual momento político brasileiro, pode ser um meio elucidativo quanto ao modelo que está sendo concebido a política educacional. Portanto, parafraseando Lira e Hermida (2017), partilhamos a crença da construção social, libertária, pois enquanto sujeitos históricos, estamos à mercê da perpetuação das injustiças sociais e desigualdades históricas. O desafio de construirmos caminhos de enfrentamento, diálogo e reflexão, abrirá novas perspectivas de mudanças para os problemas que nos afligem. Por estas razões, é sempre tempo de lutar por dias melhores.

Figura 1. Capa do Livro “Política Educacional e Neoliberalismo: a educação em Alagoas durante o Governo Vilela Filho (2007 – 2014)”.



Fonte: Extraído de LIRA, J. S.; HERMIDA, J. F. **Política Educacional e Neoliberalismo: a educação em Alagoas durante o Governo Vilela Filho (2007 – 2014)**. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.